

BOLETIM DEPE

Outubro de 2020



PUC-SP

Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política
Departamento De Economia

DEPE

Grupo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Econômico e Política Econômica

Ano V, número 32



Nesta Edição

Brasil: Nível de Atividade	2
IBC-Br.....	2
Serviços.....	2
Comércio.....	3
Indústria.....	5
Mercado de Trabalho	8
Emprego.....	8
PNAD Contínua.....	8
Inflação	11
IPCA.....	11
IPCA-15.....	11
IGP-M.....	12
Política Monetária	13
Juros.....	13
Crédito – Sistema Financeiro Nacional.....	16
Crédito – Mercado de Capitais.....	20
Crédito - Análise.....	21
Contas Nacionais	23
Contas Públicas.....	23
Contas Externas.....	24
Internacional e Política	27
Política.....	27
Economia de Francisco	29
Cesta Básica.....	29
Microcrédito.....	30
Desigualdade.....	31
Bolsa Família.....	33
Expediente	34



Brasil: Nível de Atividade

IBC-Br

Arrefecendo as expectativas.

Em julho o IBC-Br apresentou alta de 2,15% na passagem do mês, na comparação livre de influências sazonais. Como esperávamos, o indicador segue crescendo pelo 3º mês seguido neste tipo de comparação, porém com uma taxa inferior à verificada em junho (4,89%). A mediana das expectativas do mercado (3,4%) para este tipo de comparação se mostrou acima do verificado.

Ainda com relação aos dados dessazonalizados julho deste ano apresentou queda de 5,06% se comparado ao mesmo mês de 2019. No acumulado do ano o tombo está em 5,77%, com quedas também nas médias móveis de 6 meses (-1,08%) e 12 meses (-0,43%). E como comentamos que esta foi a 3ª alta consecutiva do indicador na variação mensal, por óbvio, a média móvel de 3 meses ficou no campo positivo (3,10%). Na tabela abaixo é possível verificar estes dados e os dados observados do indicador:

	Dessazonalizado	Observado
Julho 2020/Junho 2020	2,15%	
Junho 2020/Junho 2019	-5,06%	-4,89%
Média Móvel (3 meses)	3,10%	
Média Móvel (6 meses)	-1,08%	
Média Móvel (12 meses)	-0,43%	-2,90%
No ano	-5,77%	-5,77%

Fonte: BCB

Com relação às perspectivas para o ano de 2020 reiteramos que apesar da melhora nas expectativas do Boletim FOCUS (a quarta melhora consecutiva, levando para -5,02% com relação à mediana de 02 de outubro), dada as incertezas crescentes provocadas pela incapacidade do Governo Federal em apresentar de maneira clara e objetiva como serão suas Reformas e se teremos ou não um novo programa de transferência de renda, somada às incertezas ainda decorrentes da pandemia que se segue, as perspectivas do PIB podem se deteriorar e reafirmar uma queda histórica para a economia brasileira em 2020.

Serviços

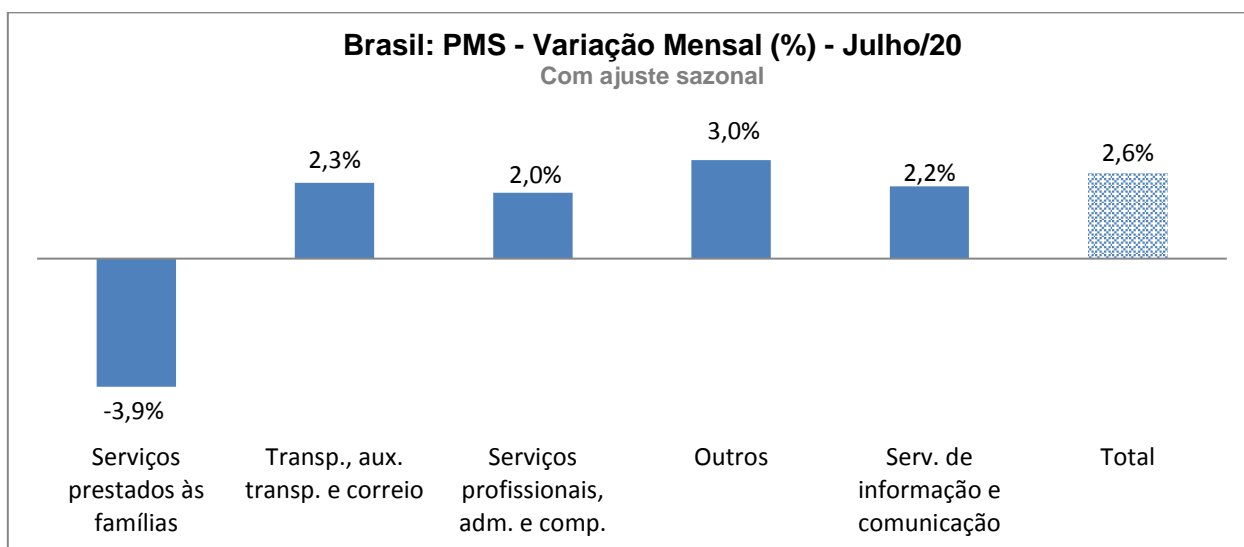
O volume de serviços contratados em julho/20 no Brasil avançou 2,6% em comparação ao mês imediatamente anterior, na série dessazonalizada. Após sucessivos recuos, de fevereiro/20 a maio/20, os dois últimos meses somaram 7,9% de aumento, recuperando parcialmente os -19,8% registrados no período supracitado. Ainda com ajuste sazonal, a evolução da média móvel mostrou aumento de 2,2% no trimestre que terminou em julho/20 em comparação com o período encerrado no mês anterior. Em



comparação com o mesmo mês do ano anterior o recuo foi de 11,9%, e o acumulado dos últimos 12 meses ficou em -4,5%. É o resultado anualizado mais intenso em termos negativos desde julho/17.

De todas as cinco atividades que compõem a pesquisa apenas os Serviços prestados às famílias tiveram resultado adverso (-3,9%), após avanços sucessivos entre maio/20 e junho/20, somando 12,2%. Em magnitude de taxa, o principal resultado ficou por conta dos Outros serviços (3,0%), seguido por Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios (2,3%).

Em termos regionais, 20 das 27 unidades federativas anotaram expansão no volume de serviços contratados. São Paulo (1,6%) e Rio de Janeiro (3,3%) tiveram os principais avanços. Em magnitude de taxa, Alagoas (9,5%), Roraima (8,2) e Distrito Federal (5,2%) tiveram os maiores resultados. No entanto, em comparação com igual mês do ano anterior, apenas Rondônia e Mato Grosso tiveram resultados positivos, com 5,2% e 0,8% respectivamente. Em termos comparativos, os estados de São Paulo (-10,7) e Rio de Janeiro (-9,2%) ainda evidenciam a distância que separam números positivos apresentados nos últimos meses, na comparação mensal, com a realidade econômica em 2020, ainda que o ano anterior tenha sido bem abaixo do esperado.



Fonte: IBGE

Comércio

Em julho/20 o comércio varejista registrou alta de 5,2% frente ao mês imediatamente anterior na série livre de influências sazonais. Para o comércio varejista ampliado, que inclui ainda os setores de Veículos, motos, partes & peças e de Material de construção a variação foi de 7,2%, contribuindo para que a média móvel do trimestre encerrado em julho/20 tivesse aceleração, aumentando 11,3% em comparação com o período encerrado em junho/20. Em comparação com o mesmo mês do ano anterior, a pesquisa apontou aumento de 1,6% para o varejista ampliado, a primeira alta em quatro meses. O acumulado dos últimos 12 meses anotou queda de 1,9%, acentuando o resultado negativo registrado em junho/20 (-1,4%).

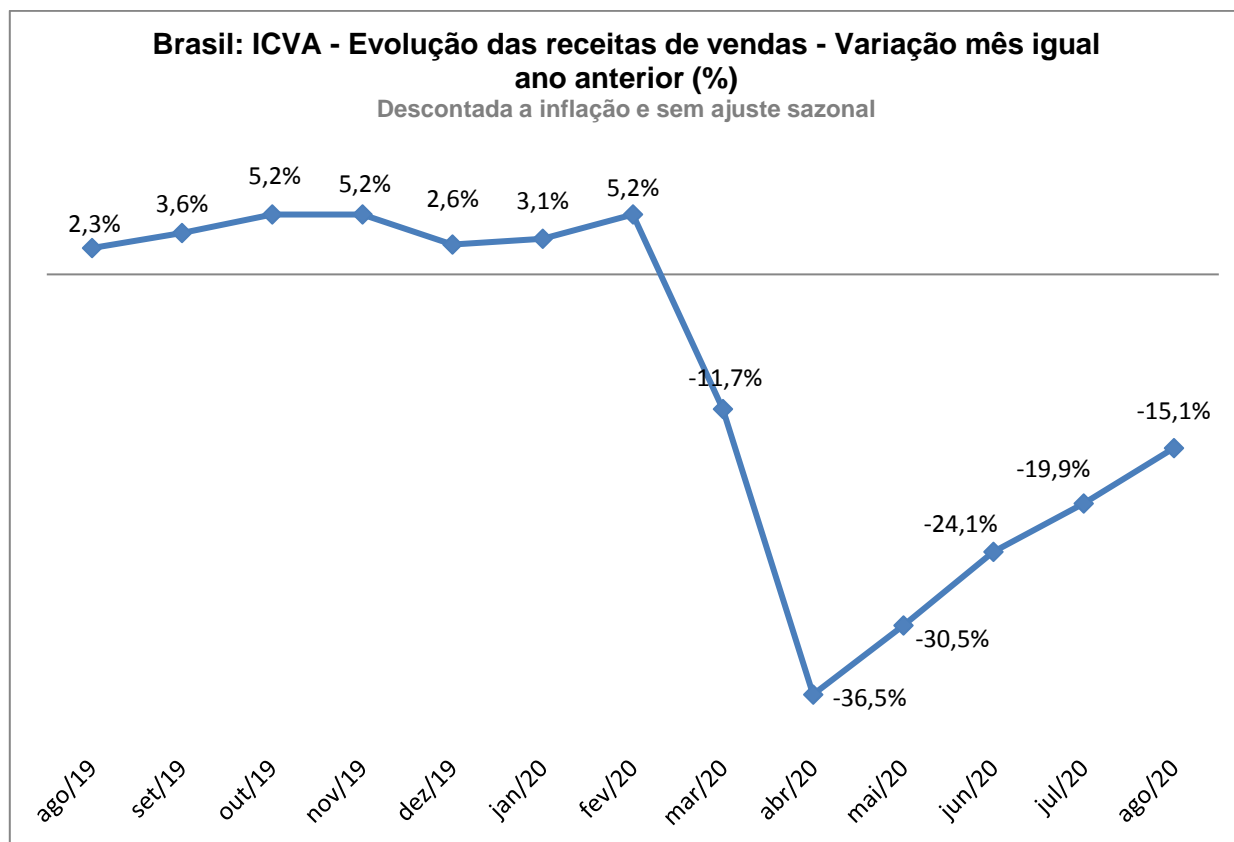


Em termos setoriais, não houve taxa negativa em nenhuma das dez áreas pesquisadas. Com exceção do setor com maior peso na pesquisa, Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, que se manteve estável, todas as demais áreas tiveram resultados positivos. Em magnitude de taxa, os destaques ficaram por conta dos Livros, jornais, revistas e papelaria (26,1%) e Tecidos, vestuários e calçados (25,2%).

Os resultados do comércio varejista ampliado por regiões foram positivos em 25 das 27 unidades da federação. Os maiores índices de variação foram anotados pelo Amapá (35,0%), Paraíba (21,0%) e Pernambuco (15,8%). Mato Grosso do Sul e Piauí registraram -0,7% e -0,1%, respectivamente.

Como antecipação da PMC do IBGE, este boletim informa os resultados do comércio para agosto/20 através do ICVA (Índice Cielo de Varejo Ampliado). Neste indicador, que compara os resultados do mês com o mesmo período do ano anterior, houve recuo de 15,1% em valores deflacionados. O número segue a tendência de melhora iniciada em maio/20, quando registrou -30,5% frente aos -36,5% em abril/20.

A considerar a diminuição do auxílio emergencial, concedido pelo governo como medida de redução dos efeitos negativos da pandemia, a tendência é que o setor varejista seja afetado com certa intensidade. Ainda que a evolução dos números seja positiva frente ao mês anterior, em função da baixa base comparativa, dificilmente se sustentará com a queda da renda nas camadas mais necessitadas da sociedade, onde o potencial de consumo é maior em comparação com as demais camadas.



Fonte: IBGE



Indústria

Com base na Pesquisa da Produção Industrial do IBGE publicada no último dia 02/10/2020, o total da produção física da indústria brasileira do mês de agosto cresceu 3,2% em relação ao mês de julho.

Embora os quatro grandes grupos em que se dividem a pesquisa mensal do IBGE tenham encerrado o período com desempenho satisfatório, há de se esperar para os próximos meses do ano resultados menos expressivos.

A produção industrial de bens de consumo duráveis, por exemplo, encerrou o mês de agosto com crescimento da ordem de 18%. Enquanto a produção industrial de Bens de Capital passou de um crescimento de 15% na pesquisa anterior que trouxe como base o desempenho do mês de julho em comparação ao mês imediatamente anterior, para um crescimento de apenas 2,3% divulgado pela última pesquisa.

Indicadores da Produção Industrial por Grandes Categorias Econômicas - Base: Agosto/2020

Grandes Categorias Econômicas	Variação (%)			
	Agosto 2020/ Julho 2020 *	Agosto 2020/ Agosto 2019	Acumulado Janeiro-Agosto	Acumulado 12 meses
Bens de Capital	2,4	-16,9	-20,2	-14,3
Bens Intermediários	2,3	1,9	-4,2	-3,2
Bens de Consumo	2,9	-7,1	-13,7	-8,1
. Duráveis	18,5	-7,7	-30,1	-18,8
. Semiduráveis e não Duráveis	0,6	-7,0	-9,0	-5,2
Indústria Geral	3,2	-2,7	-8,6	-5,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

*série com ajuste sazonal

Dos 26 ramos de atividade acompanhados, somente 16 tiveram resultados positivos. O que nos remete a um período preliminar ao da pandemia, que o setor como um todo já não atravessava por um bom momento.

Com base no último período, os melhores desempenhos ficaram com as atividades de “Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias” (19,2%), “Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados” (14,9%), “Confecção de artigos do vestuário e acessórios” (11,5%), “Fabricação de produtos têxteis” (9,1%), “Fabricação de produtos diversos” (8,1%) e “Fabricação de móveis” (6%).

A única atividade que não apresentou queda brusca no ritmo de desempenho na comparação de um mês para o outro foi a de “Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados”, com acréscimo de 1 p.p. no resultado positivo, saindo de 14,8% para 14,9%.

Os destaques negativos ficaram para a atividade de “Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores” que caiu -4,5% depois de três meses de alta e para as atividades de “Fabricação de sabões, deterg., prods. de limpeza, cosméticos, prods. de perfum. e de higiene pessoal” e “Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos”, ambos com queda de 9,7%.

Regionalmente, os últimos dados divulgados pelo IBGE ainda são referentes ao mês de julho e praticamente todas as unidades da federação que fazem parte da pesquisa encerraram o período com



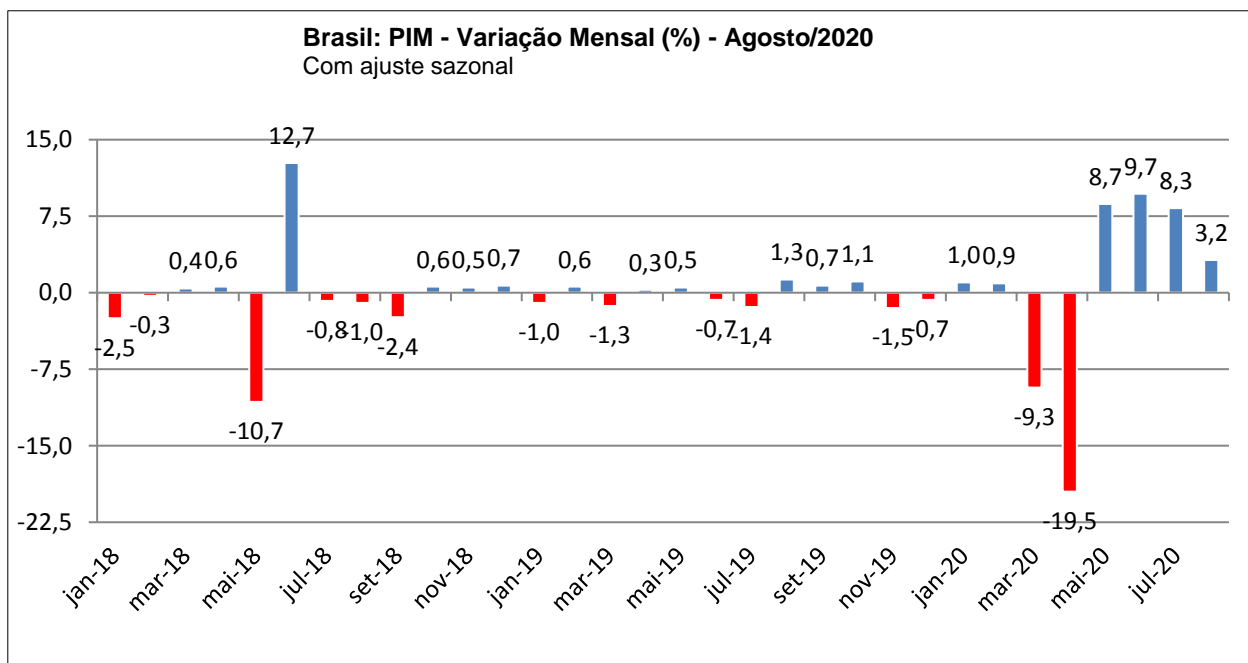
resultados positivos. A exceção coube ao estado do Mato Grosso, com decréscimo de -4,2% e aos estados do Paraná e de Goiás, ambos com queda de 0,3%.

O estado do Espírito Santo, um dos estados que teve a produção industrial mais afetada pelos efeitos da Pandemia, apresentou crescimento de 28,3% no mês de julho.

No acumulado do ano, apenas os estados do Rio de Janeiro e de Goiás apresentaram crescimento da produção industrial, com respectivamente 2,1% e 1,7%.

Perspectivas

Mesmo com o quarto mês consecutivo de resultados positivos da produção industrial, ainda não foi possível reverter a queda acumulada entre os meses de março e abril deste ano. Enquanto nos últimos 12 meses terminados em agosto último, a produção industrial apresenta queda de 5,7%, caminhando para um encerramento de ano, segundo dados do último Boletim Focus do Banco Central datado de 02/10/2020, da ordem de -6,30% pela terceira semana consecutiva.



Fonte: IBGE

Há de se analisar com cautela os indicadores. Pois, de um lado temos a evidente recuperação dos números da produção industrial juntamente com o aumento de Utilização da Capacidade Ociosa, que em agosto chegou a 78,1%, e o aumento da massa salarial real da indústria, que embora ainda esteja distante do patamar de antes da pandemia, reverteu a queda do mês de julho e foi mais um dos fatores que contribuiu para o aumento do Índice de Confiança do Empresário Industrial como um todo, que passou de 47,6 para 57,0. Mas, por outro lado, temos algumas incertezas quanto ao mercado interno no que diz respeito aos incentivos do governo e a manutenção do emprego e da renda e o próprio mercado externo, também como mercado consumidor.

Como ponto de reflexão, trazemos uma breve análise dos dados do desempenho da indústria automobilística divulgados pela Anfavea referentes ao mês de agosto, que a luz do que foi divulgado nos



meses de maio, junho e julho também nos chama a atenção quanto ao ritmo da produção, número de veículos licenciados e vendas de máquinas agrícolas.

A indústria automobilística na produção industrial brasileira

No mês de agosto/2020 a produção total da indústria automobilística, que engloba a produção de veículos, caminhões e máquinas agrícolas foi de 222,6 mil unidades. Número que supera a produção do mês imediatamente anterior em 40,4 mil unidades. Na mesma base de comparação, temos um volume produzido menor em relação aos meses de julho (74,9 mil unidades), junho (56,5 mil unidades) e maio (46,8 mil unidades).

Por sua vez, o número de licenciamentos de automóveis e caminhões somado às vendas internas de máquinas agrícolas apresentou movimento inverso no mesmo período.

O mês de agosto foi encerrado com 195,9 unidades entre licenciamentos (191,5 mil unidades) e vendas de máquinas agrícolas (4,4 mil unidades). Embora muito próximo ao resultado do mês de julho, que teve 188,5 mil unidades licenciadas de automóveis e caminhões (184,0 mil unidades) somadas às vendas internas de máquinas agrícolas (4,5 mil unidades), o principal ponto que nos chama a atenção é a variação da quantidade vendida quando comparado em relação ao mês anterior que no mês de agosto teve um acréscimo de 7,4 mil unidades enquanto que no mês de julho o crescimento havia sido de 42,8 mil unidades.

Vai ser preciso que o mercado interno tenha condições de absorver a produção. Uma vez que os principais países consumidores da indústria automobilística brasileira também se encontram em situação delicada.



Mercado de Trabalho

Emprego

Segundo os dados do Novo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), em agosto de 2020, foi registrado saldo de 249.388 de postos formais de trabalho (resultado de 1.239.478 admissões e 990,090 desligamentos). No acumulado do ano, o saldo é negativo, foram eliminados - 849.387 postos formais de trabalho.

Todos os setores econômicos apresentaram resultado positivo: Indústria Geral (+92.893), Construção (+50.489); Comércio (+49,408), Serviços (45.412) e Agricultura (+11,213)

No recorte regional, temos: Sudeste (+104.702) Nordeste (+62.085), Sul (+42.664), Norte (+22.272) e Centro Oeste (+17.684).

Vale ressaltar o perfil majoritário dos novos contratados: ensino médio completo (+182.344), faixa etária entre 18 a 24 anos (+129.259) e homem (+192.839). As contratações foram predominantes na indústria de transformação e construção civil.

Reforma Trabalhista

Em agosto de 2020, foram celebrados 12.814 desligamentos por acordo entre empregado e empregador. O saldo de contratações por contrato de trabalho intermitente foi de 8.246. Para os contratos de trabalho em regime parcial, o saldo observado no período foi de -1.501.

PNAD Contínua

De acordo com os últimos dados divulgados na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), para o trimestre móvel de maio, junho e julho de 2020), o número de desocupados atingiu cerca de 13,1 milhões de pessoas, crescimento de 319 mil pessoas (2,5%) sobre o trimestre anterior, e 561 mil (4,5%) na comparação com o mesmo trimestre de 2019. Diante desse aumento a taxa de desocupação atingiu 13,8%, um aumento de 1,2 p.p. sobre o trimestre anterior e 2,0p.p. na comparação com 2019.

O crescimento aparentemente modesto da população desocupada precisa de ressalvas, uma vez que as estimativas de desocupação levam em conta pessoas que procuraram trabalho nos últimos 30 dias, porém como as medidas de isolamento social restringem essa procura e as próprias pessoas por precaução podem evitar a procura por um tempo (sobre isso veremos os resultados da PNAD Covid-19 mais adiante). Para melhor compreensão da situação do mercado, as informações relativas à ocupação e o tamanho da força de trabalho são de suma importância.

No trimestre móvel terminado em julho de 2020 houve redução de 6,9 milhões de pessoas na força de trabalho (6,8%) na comparação com o trimestre anterior, em relação ao mesmo trimestre de 2019 a redução é maior (cerca de 11 milhões de pessoas). Como a taxa de desocupação é calculada em



termos percentuais da força de trabalho, a sua redução, causada pela pandemia, está ocultando uma parcela da população que na verdade faz parte do contingente de desocupados, mas que não procuraram emprego devido a pandemia e de acordo com a metodologia da PNAD estariam fora da força de trabalho. Dessa forma, é esperado um crescimento da população fora da força de trabalho que aumentou em cerca de 8 milhões (11,3%) em relação ao trimestre anterior e cerca de 14,1 milhões de pessoas (21,8%) sobre 2019.

Outro dado importante para essa análise da subestimação da desocupação é a expressiva redução do número de ocupados, que no trimestre atual sofreu retração de 7,2 milhões de pessoas (-9,2%) em relação ao trimestre anterior e 11,5 milhões (-12,3%) em relação ao mesmo trimestre de 2019.

Posição no mercado de trabalho/Período	mai-jun-jul 2019	fev-mar-abr 2020	mai -jun-jul 2020	Trim. Atual/Trim. Anterior(%)	Diferença (em mil pessoas)	Trim. Atual/Trim. igual ano anterior (%)	Diferença (em mil pessoas)
Na força de trabalho	106.153	102.052	95.158	-6,8	-6.894	-10,4	-10.995
Ocupadas	93.584	89.241	82.027	-8,1	-7.214	-12,3	-11.557
Desocupadas	12.569	12.811	13.130	2,5	319	4,5	561
Fora da força de trabalho	64.822	70.926	78.956	11,3	8.030	21,8	14.134
Subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas	7.333	6.097	5.768	-5,4	-329	-21,3	-1.565
Na força de trabalho potencial	8.205	9.766	13.994	43,3	4.228	70,6	5.789
Desalentadas	4.831	5.026	5.797	15,3	771	20,0	966
Desocupadas ou subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas ou na força de trabalho potencial	28.106	28.675	32.892	14,7	4.217	17,0	4.786
Empregado C/ carteira setor privado	33.146	32.207	29.385	-8,8	-2.822	-11,3	-3.761
Empregado S/ carteira setor privado	11.658	10.126	8.691	-14,2	-1.435	-25,5	-2.967
Emprego doméstico	6.280	5.524	4.593	-16,9	-931	-26,9	-1.687
Setor público	11.714	11.904	12.119	1,8	215	3,5	405
Empregador	4.331	4.201	3.938	-6,3	-263	-9,1	-393
Conta própria	24.227	23.379	21.406	-8,4	-1.973	-11,6	-2.821
Conta própria com CNPJ	4.807	5.520	5.192	-5,9	-328	8,0	385
Conta própria sem CNPJ	19.420	17.859	16.214	-9,2	-1.645	-16,5	-3.206
Trab. familiar auxiliar	2.230	1.900	1.895	-0,3	-5	-15,0	-335
Rendimento real médio (R\$)	2.335	2.419	2.535	4,8	116	8,6	200
Massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$ milhões)	213.047	211.051	203.016	-3,8	-8.035	-4,7	-10.031

Fonte: IBGE

Entre as diferentes ocupações, as maiores quedas na comparação com o trimestre anterior foram nos “empregados no setor privado sem carteira assinada” com -14,2% (-1,4 milhão de pessoas), “empregado no setor privado com carteira assinada”, redução de 3,7 milhões de pessoas (-11,3%), “empregado doméstico” com variação de 930 mil (-16,9%), e o “conta própria sem CNPJ” com retração de 1,6 milhões de pessoas (-9,2%).



O total de pessoas subutilizadas (pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial) alcançou o contingente de 32,8 milhões de pessoas, um aumento de 4,7 milhões de pessoas (17%) na comparação com o mesmo trimestre de 2019 e 4,2 milhões de pessoas (14,7%), em relação ao trimestre imediatamente anterior.

Em relação ao rendimento habitual do trabalho, a média real de todos os trabalhos (R\$ 2.535), com crescimento de 4,8% sobre o trimestre imediatamente anterior, e 8,6% na comparação com o mesmo trimestre de 2019. A massa real de rendimentos totalizou R\$ 203 bilhões, redução de R\$ 8 bilhões (-3,8%) em relação ao trimestre anterior.

PNAD Covid-19

Os dados da PNAD Covid-19 mostram que, no mês de agosto de 2020, 27,2 milhões de pessoas da população em idade de trabalhar e fora da força de trabalho gostariam de estar trabalhando mas não procuraram trabalho, desses, 17,5 milhões não procuraram por causa da pandemia ou por falta de trabalho na localidade. Esses dados mostram que há uma grande parcela da população de fato desocupada, mas que não faz parte do contingente oficial de desocupados devido a metodologia da PNAD não considerar essas pessoas como parte da força de trabalho porque não procuraram emprego nos últimos 30 dias, porém conforme retornem a procura de ocupação, voltarão a fazer parte da força de trabalho e caso não tenham ocupação ampliarão o já enorme contingente de desocupados.



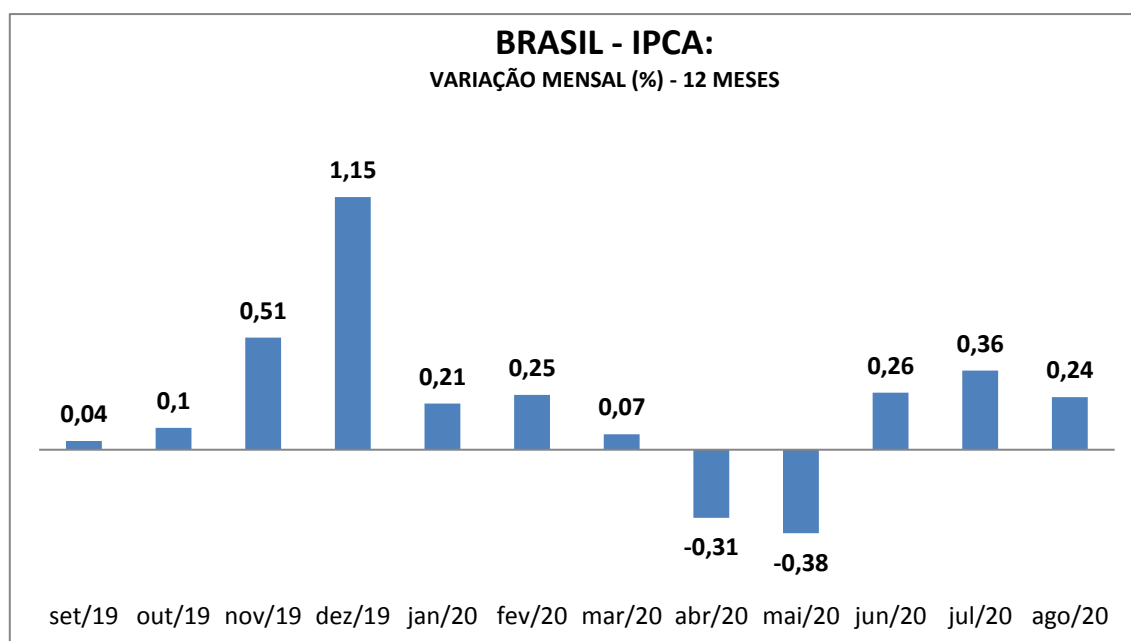
Inflação

IPCA

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA - registrado em agosto de 2020 apresentou uma variação de 0,24%. Entre os grupos que registraram as maiores variações estão Transportes (+0,82%) e Alimentos e Bebidas (+0,78%).

Nos últimos doze meses o IPCA acumula alta de 2,44%, e de 0,70% em 2020.

A última edição do Boletim Focus, finalizada no dia 02/10/2020, prevê uma inflação de 2,12% para esse ano. Essa projeção vem aumentando semanalmente nos últimos dois meses, e esse aumento está relacionado diretamente não só com o afrouxamento do isolamento social em praticamente todo o país, mas como também pela pressão dos preços dos alimentos, principalmente o arroz, que até agosto de 2020 registrava alta de 19,25% no preço em 2020.



Fonte: IBGE

Outro importante indicador a ser analisado é o índice de Preços ao Consumidor Classe 1 (IPC-C1), que mede a variação de preços e serviços para famílias com renda entre um a 2,5 salários mínimos. Neste indicador a inflação registrada em agosto foi de 0,50%, fator que comprova que as famílias e consumidores brasileiros com menor renda são os principais impactados em momentos de altas na inflação.

IPCA-15

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 – IPCA-15, registrado em setembro de 2020, apresentou alta de 0,45%, sendo esse o maior valor registrado para o mês de setembro desde 2012. No ano, o acumulado é de 1,35% e o acumulado nos últimos 12 meses é de 2,65%.



Os principais setores que colaboraram para esse aumento em setembro foram Alimentos e Bebidas (+1,48%), Transportes (0,83%) e Artigos de Residência (0,79%). Essa alta registrada no IPCA-15 demonstra que no momento a inflação está em uma crescente no país, apresentando, assim, um cenário oposto ao registrado entre os meses de abril e maio, meses que marcaram o auge do período de isolamento social no país.

IGP-M

O Índice Geral de Preços – Mercado – IGP - M variou 4,34% em setembro. No ano, a alta chega a 14,40% e quando analisados os últimos doze meses esse aumento chega a 17,92%.

Essa alta foi possível dados os crescimentos registrados no três sub-índices componentes do IGP-M, que são o Índice de Preços ao Produtor Amplo - IPA, com variação de 5,92%, o Índice de Preços ao Consumidor – IPC; com variação de 0,64%; e o Índice Nacional de Custo da Construção Civil -INCC, com alta de 1,15%.



Política Monetária

Juros

Além da Selic

O Comitê de Política Monetária, (Copom) não surpreendeu e manteve a taxa básica de juros da economia inalterada em 2,0% a.a., na reunião de 22/09/2020. Além disso, a sinalização foi praticamente a mesma da ata anterior. O destaque fica para o reconhecimento do limitado espaço para novos cortes na meta Selic e a prescrição futura “*forward guidance*”.

No seu balanço de risco para a inflação, o colegiado considera que o elevado nível de ociosidade conjuntamente o ambiente grande incerteza e o aumento da poupança precaucional podem levar a inflação para abaixo da esperada enquanto que os programas de estímulo creditício e de recomposição da renda e o risco fiscal podem gerar uma pressão altista. Ademais, considera o cenário internacional mais benéfico aos países emergentes.

Do ponto de vista da inflação, apesar da pressão recente, principalmente nos preços de alimentos e bebidas, as projeções para a inflação no horizonte de tempo relevante – inclui o ano de 2021 e em grau menor o de 2022 – encontram-se abaixo da meta.

Entretanto, cabe algumas ressalvas quanto ao balanço de risco: (i) no exterior, diversos países retomaram as medidas de bloqueio da economia, o que pode prejudicar o processo de recuperação da atividade global; (ii) vale acompanhar a evolução do comércio e serviços nesses meses com a redução do auxílio emergencial de R\$ 600 para R\$ 300 e com a exclusão de várias famílias, e como será em 2021 quando for descontinuado; (iii) o término dos programas de suporte ao emprego e seu impacto no desemprego; e (iv) a sinuca de bico com o fiscal, escolher entre manter o teto de gasto ou uma recuperação mais consistente.

Em linha com os últimos textos nesse periódico, reconhecendo o espaço limitado para novos cortes na taxa básica de juros, procuramos discutir outras ferramentas que o Banco Central (BC) pode utilizar para política monetária, atuando além da “ponta curta” da curva de juros (Selic). Desde a taxa em 2,0% a.a., a autoridade monetária tem se utilizado do *forward guidance*, ou seja, a tentativa de influenciar as expectativas de mercado com base em suas próprias previsões.

Contudo, aparentemente esse mecanismo não tem sido muito exitoso, uma vez que a estrutura a termo da taxa de juros tem apresentando significativo aumento na sua inclinação. Segundo a curva do dia 07/10/20, extraída da B3, a taxa de juros de cinco anos era negociada em 7,03% a.a., mais que o triplo da taxa meta Selic. Ademais, esse é um instrumento já utilizado pelo Banco Central, embora com menor peso, sendo condição fundamental do sistema de metas de inflação.

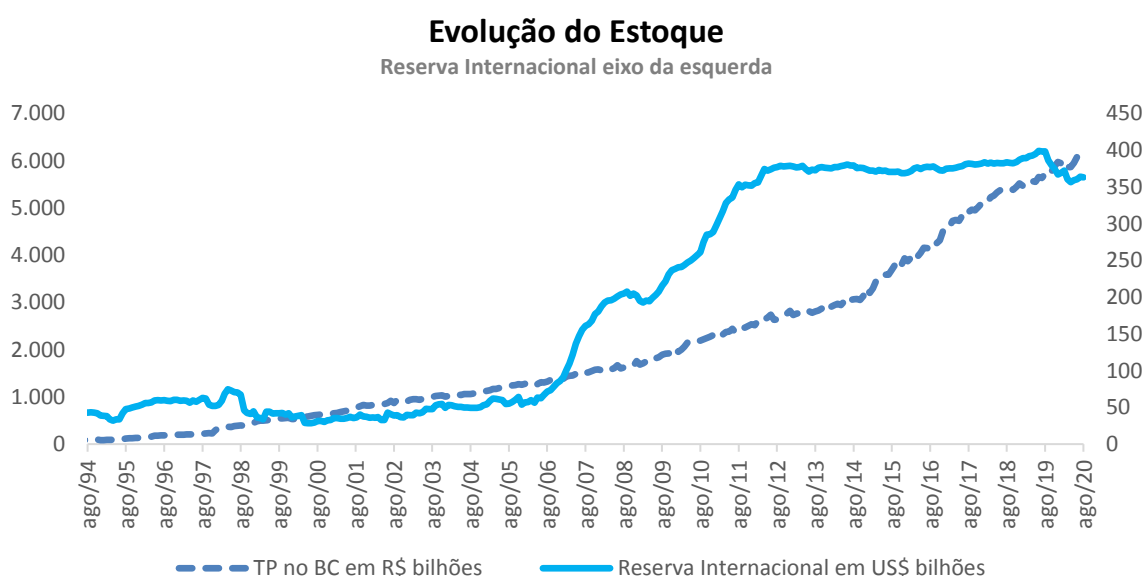
Essa inclinação tem gerado algumas dificuldades, como a baixa demanda nos leilões de dívida pública e o elevado prêmio que estão atribuindo aos títulos, levando um temor quanto à rolagem da dívida. Porém, nesse lado ainda temos um colchão de liquidez em disponibilidades do Tesouro Nacional (TN),



garantindo o pagamento dos vencimentos no curto prazo. O problema é que a *duration* da dívida pública tem diminuído, o que pode gerar uma pressão adicional. Na próxima edição aprofundaremos mais nos mecanismos e utilização da conta única na rolagem da dívida.

Se a prescrição futura não tem adiantado, quais outras ferramentas que o Banco Central poderia utilizar para a condução da política monetária?

Ultimamente tenho me atentado aos instrumentos mais de ordem micro econômica, inclusive de cunho operacional, que também são funções do BC. Nesse sentido, muito me chamou atenção o estoque de título público federal em poder do BC para fins de condução de política monetária. Aqui, podemos dividir esse montante em dois grandes grupos: (1) operações de esterilização de divisas estrangeiras; e (2) controle de liquidez e taxa de juros. Agora vamos nos concentrar na primeira, deixando a última para a próxima edição.



Fonte: B3/Tesouro Nacional

Intervenções cambiais esterilizadas são compras ou vendas de divisas estrangeiras pelo BC sem que ocorra alteração no estoque de moeda (nem na taxa de juros). Inicialmente, o BC compra dólares e paga em reais, assim acumulando reservas internacionais e aumentando a base monetária. Simultaneamente, o BC conduz operações de mercado aberto que visam o enxugamento da liquidez adicional gerada pela operação de compra de câmbio: o BC vende títulos públicos de sua carteira, assim fazendo retornar a seu valor inicial a base monetária e a taxa de juros.

Como visto, esse movimento leva a um crescimento da dívida pública, a fim de enxugar o aumento de liquidez. Em agosto de 2020, a carteira de títulos públicos em poder do BC alcançou R\$ 1,87 trilhão. Por sua vez, o saldo do movimento de câmbio contratado (comercial + financeiro) acumulou entre janeiro e setembro de 2020 uma saída de US\$ 18,7 bilhões.

Fica claro o elevado custo desse processo de esterilização monetária. A questão que fica é se existe outras opções, tanto quanto a não praticar a compra/venda de dólares como também outros instrumentos para atingir o mesmo fim. Um exemplo, na Austrália é utilizada instrumentos menos

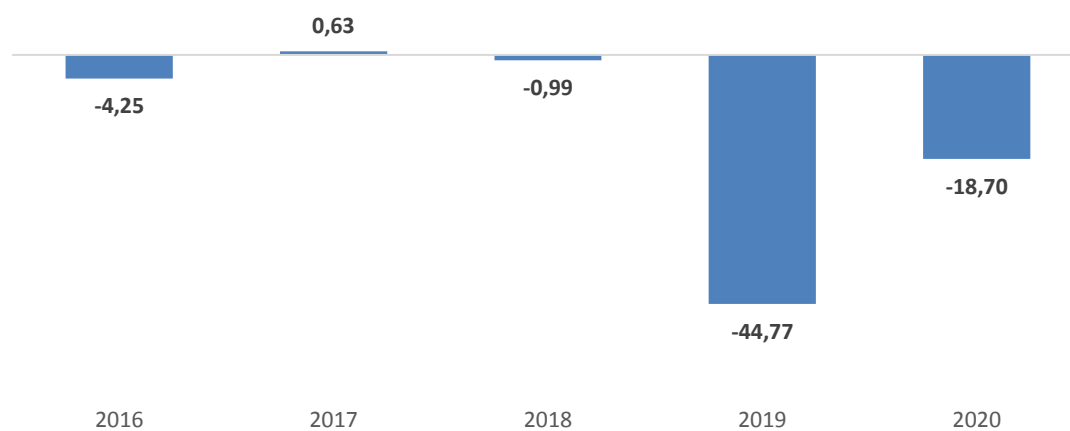


ortodoxos para tal, como o uso de derivativos cambiais (swaps), atuando também na precificação futura do câmbio.

O BC já trabalha com swaps cambiais a fim de controlar a volatilidade do câmbio e considerando que o mercado futuro brasileiro é relativamente “maduro”, a autoridade monetária poderia se atentar mais para esses canais de política monetária. Talvez a possibilidade de não exercer a esterilização total das divisas que entram. Ainda mais considerando o espaço que existe no atual cenário, com as projeções inflacionárias abaixo da meta para os próximos anos. Seria uma alternativa para aumentar a quantidade de moeda em circulação, favorecer a liquidez das instituições financeiras e fomentar o crédito, sem necessariamente emitir dinheiro,

Movimento de Câmbio Contratado

Em US\$ bilhões



Fonte: BCB

Ademais, o movimento de câmbio contratado vem registrando saídas líquidas desde 2017, sendo um resultado negativo de US\$ 18,7 bilhões somente nos primeiros nove meses de 2020. Entretanto, a evolução do estoque de títulos públicos em poder do BC não acompanhou esse movimento, apresentando altas de 8,4% em 2018, de 8,1% em 2019 e se mantendo estável em 2020.

Finalizando, considerando que o limite para mais flexibilização monetária via taxa de juros e a não eficácia da estratégia de *forward guidance* do BC, esta coluna concentrará os esforços em entender, pesquisar e debater outras formas e ferramentas para fim de política monetária. Para a próxima edição, esperamos nos aprofundar no tema das operações esterilizadas, a finalidade das compromissadas do BC e alternativas, além das limitações e entraves para o uso do recurso em conta única.

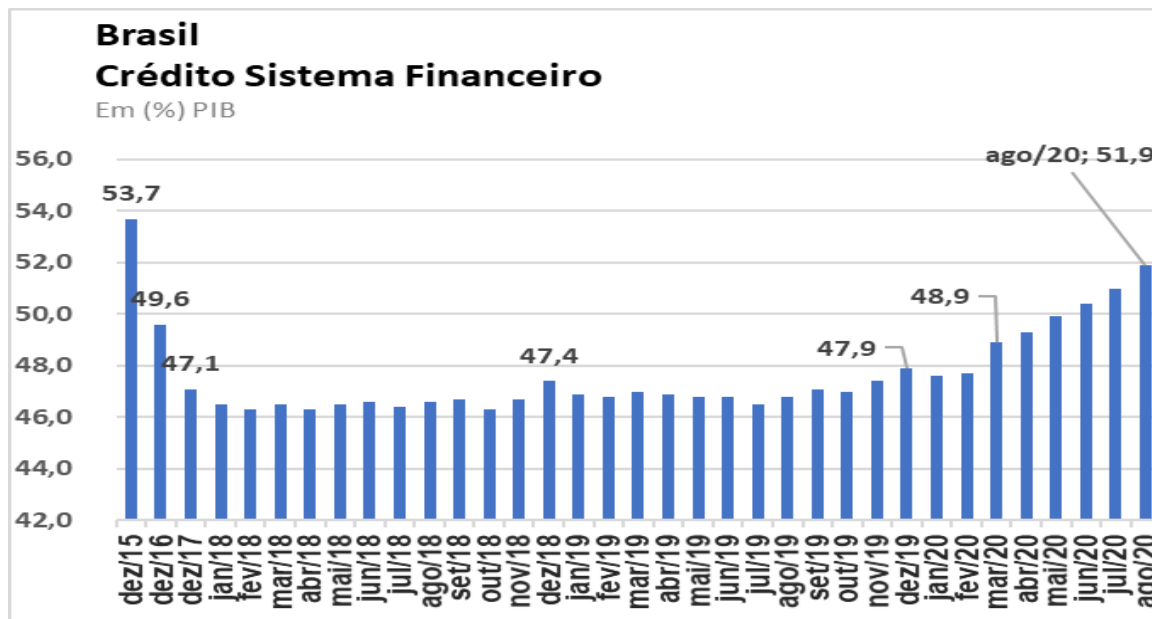


Crédito - Sistema Financeiro Nacional

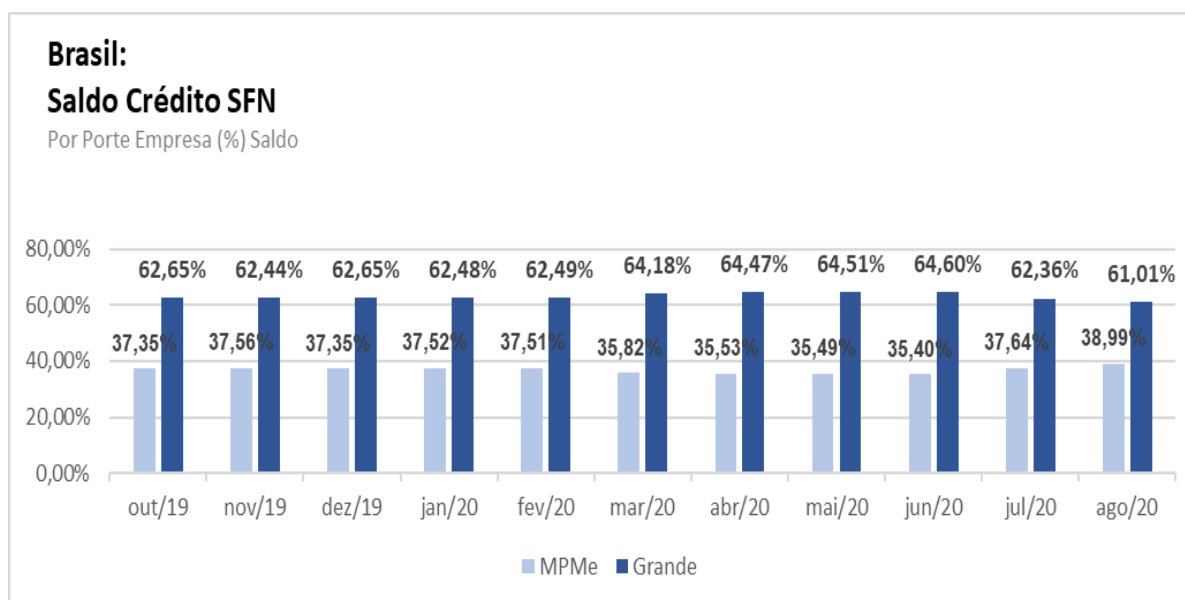
Brasil: Quadro Resumo Saldo do Crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) : Agosto / 2020

	Item	Medida	Variação			Comentários	
			Mês	Ano	12 meses		
Posição Geral	Saldo Crédito SFN S/PIB	51,90%	0,90%	4%	5,10%		
	Saldo Crédito SFN (R\$)	R\$ 3.736,5 bilhões	1,90%	7,40%	12,10%	2º melhor variação mês no ano.	
	Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 1.646,4 bilhões	2,40%	12,70%	16,70%	2º melhor variação mês no ano.	
	Carteira Pessoa Física	R\$ 2.090,0 bilhões	1,5%	3,60%	8,80%	Maior variação mês no ano.	
	Inadimplência	2,60%	-0,10%	-0,30%	-0,40%		
	Spread bancário	15 p.p.	-0,50%	-2,80%	-4,40%		
Recursos	Livres	Saldo Total	R\$ 2.178,4 bilhões	1,90%	3,60%	16,40%	2º melhor variação mês no ano.
		Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 1.043,2 bilhões	2,20%	15,80%	26,90%	Destques: Pelo terceiro mês consecutivo destaque para, capital de giro (operações acima de 1 ano).
		Spread bancário	8,7 p.p.	-0,10%	-2,50%	-4,10%	
		Inadimplência	1,60%	-0,20%	-0,50%	-1,00%	
		Carteira Pessoa Física	R\$ 1.135,2 bilhões	1,60%	2,00%	8,30%	Destques: Cartão de crédito pessoal à vista e consignado. Financiamento à veículos, também continuou crescendo.
		Spread bancário	34,2 p.p.	-1,00%	-6,00%	-10,00%	
	Inadimplência	4,80%	-0,30%	-0,20%	-0,10%		
	Direcionados	Saldo Total	R\$ 1.558,1 bilhões	1,90%	6,40%	6,60%	
		Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 603,3 bilhões	2,80%	7,70%	2,50%	Destques: Novamente outros crédito direcionados, que reflete o crescimento dos programas recentes de estímulo à micro, pequena e média empresa.
		Spread bancário	3,1 p.p.	0,00%	-0,10%	-0,30%	
		Inadimplência	2,20%	0,30%	0,00%	0,00%	
		Carteira Pessoa Física	R\$ 954,8 bilhões	1,30%	5,50%	9,40%	Destques: Crédito Rural e Carteira imobiliária.
Spread bancário		5,0 p.p.	0,00%	0,60%	0,30%		
Inadimplência	2,20%	0,30%	0,00%	0,00%			

Fonte: BCB



Fonte: BCB



Fonte: BCB

Brasil: Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE) II (Julho/20 até Setembro/20)

Instituição	Quant. Contratos	Valor Contrat. (R\$)	(%) S/Total
BRABESCO	2.181	R\$ 312.421.083,60	37,18%
SANTANDER	1.575	R\$ 284.849.015,57	33,90%
ITAÚ	3.043	R\$ 200.887.733,72	23,91%
BB	282	R\$ 22.272.483,59	2,65%
BANCOOB	47	R\$ 8.694.959,75	1,03%
SICREDI	15	R\$ 4.818.895,59	0,57%
Banco do Brasil	9	R\$ 3.575.770,69	0,43%
SISTEMA AILOS	21	R\$ 2.523.460,73	0,30%
Banrisul	0	R\$ 199.301,38	0,02%
Total Geral	7.173	R\$ 840.242.704,62	

Fonte: Portal do Empreendedor\emprestômetro



Brasil: Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

PRONAMPE / FGO

(23/Junho até 30/Setembro/20)

Instituição	Quant.Contratos	Valor Contrat. (R\$)	(%) S/Total
Caixa Econômica Federal	112.175	R\$ 10.665.336.277,56	34,60%
BANCO DO BRASIL	109.598	R\$ 6.796.618.797,17	22,05%
ITAÚ	47.473	R\$ 3.856.514.608,72	12,51%
BANCO COOPERATIVO DO BRASIL	48.415	R\$ 2.516.515.194,84	8,16%
SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO	38.155	R\$ 1.849.380.767,62	6,00%
BRADESCO	31.902	R\$ 1.848.072.355,49	6,00%
SANTANDER	17.282	R\$ 1.305.579.358,52	4,24%
BANRISUL	17.181	R\$ 589.946.338,58	1,91%
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS	7.930	R\$ 554.987.301,00	1,80%
BANCO DA AMAZÔNIA	3.350	R\$ 398.463.805,83	1,29%
BANCO DO NORDESTE	2.195	R\$ 138.210.764,63	0,45%
AILOS - COOPERATIVA DE CRÉDITO	5.076	R\$ 135.736.609,97	0,44%
BANESTES S.A.	1.821	R\$ 115.575.958,84	0,37%
AGENCIA DO FOMENTO DE GOIAS	274	R\$ 19.686.448,24	0,06%
UNICRED DO BRASIL	413	R\$ 15.950.729,00	0,05%
BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A.-AGÊNCIA DE FOMENTO /RS	166	R\$ 15.042.046,00	0,05%
BANCO TOPAZIO S.A.	41	R\$ 657.369,61	0,00%
Total Geral	443.447	R\$ 30.822.274.731,62	

Fonte: Portal do Empreendedor\emprestômetro

Brasil: Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC)

BNDES / FGI e GIRO

(01/Julho até 30/Setembro/20)

Mês	Valor Contrat. (R\$)	(%) S/Total
jul/20	R\$ 11.384.591.370,08	19,05%
ago/20	R\$ 28.250.601.109,76	47,28%
set/20	R\$ 20.113.735.740,67	33,66%
Total	R\$ 59.748.928.220,51	

Fonte: Portal do Empreendedor\emprestômetro



Brasil: Taxa de Juros Pessoa Física (%) a.a.

Período	Juros Comércio	Cartão de Crédito	Cheque Especial	CDC - bancos - financ.automóveis	Empréstimo pessoal	
					Bancos	Financeira
Agosto / 20	73,13%	253,26%	125,98%	17,60%	45,26%	105,82%
Julho / 20	73,52%	254,41%	128,01%	17,88%	45,59%	106,76%
Junho / 20	73,92%	255,94%	128,52%	18,16%	46,10%	107,46%
Mai / 20	73,92%	257,48%	131,10%	18,16%	47,13%	108,87%
Abril / 20	74,72%	259,03%	131,62%	18,44%	47,98%	110,29%
Março / 20	75,52%	263,71%	134,22%	18,72%	48,67%	111,71%
Fevereiro / 20	71,12%	260,58%	133,70%	18,44%	48,33%	110,76%
Janeiro / 20	75,52%	261,36%	134,48%	18,72%	49,02%	111,95%
Dezembro / 19	75,93%	265,28%	272,02%	19,00%	49,36%	112,43%
Novembro / 19	76,33%	266,85%	273,63%	19,28%	49,71%	113,39%
Outubro / 19	77,14%	268,44%	274,43%	19,56%	50,41%	114,11%
Setembro / 19	77,95%	266,06%	275,24%	19,99%	51,81%	115,56%
Agosto / 19	78,36%	266,85%	277,26%	20,27%	52,16%	116,54%
Agosto / 18	83,73%	280,51%	283,79%	24,31%	58,81%	125,72%

Fonte: Anefac - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Brasil: Taxa de Juros Pessoa Jurídica (%) a.a.

Período	Capital de Giro	Desconto de Duplicata	Conta Garantida
Agosto / 20	13,35%	15,94%	112,91%
Julho / 20	13,89%	16,49%	114,11%
Junho / 20	14,16%	16,77%	115,32%
Mai / 20	14,98%	17,88%	116,05%
Abril / 20	15,53%	18,44%	116,78%
Março / 20	16,35%	18,86%	119,72%
Fevereiro / 20	15,80%	18,72%	117,76%
Janeiro / 20	16,21%	19,14%	118,49%
Dezembro / 19	16,49%	19,84%	118,99%
Novembro / 19	16,77%	20,41%	119,48%
Outubro / 19	17,32%	20,98%	120,22%
Setembro / 19	18,02%	21,84%	121,21%
Agosto / 19	18,30%	22,13%	122,96%
Agosto / 18	22,56%	28,17%	134,74%

Fonte: Anefac - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade



Crédito - Mercado de Capitais

Brasil: Emissões de Debêntures - Evolução Mês - R\$ milhões - 2020

Posição	Sector	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	Total Geral
1	Energia Elétrica	R\$ 937,10	R\$ 2.040,00	R\$ 2.047,10	R\$ 1.410,00	R\$ 323,50	R\$ 888,99	R\$ 832,00	R\$ 1.635,75	R\$ 10.114,44
2	Comércio Atacadista e Varejista	R\$ 2.000,00	R\$ 90,00	R\$ 510,00	R\$ 1.940,00	R\$ 1.065,00	R\$ 2.120,00	R\$ 230,00	R\$ 1.500,00	R\$ 9.455,00
3	Assistência Médica				R\$ 7.063,35					R\$ 7.063,35
4	Transporte e Logística		R\$ 900,00		R\$ 1.130,00	R\$ 1.540,00	R\$ 71,40	R\$ 1.214,00	R\$ 2.130,00	R\$ 6.985,40
5	Financeiro	R\$ 45,75		R\$ 832,00			R\$ 166,32	R\$ 1.096,49	R\$ 3.650,00	R\$ 5.790,56
6	Saneamento	R\$ 55,00	R\$ 305,00	R\$ 350,00	R\$ 1.602,00	R\$ 910,00		R\$ 1.925,29		R\$ 5.147,29
7	Materiais de Construção e Agregados						R\$ 4.676,83			R\$ 4.676,83
8	TI e Telecomunicações	R\$ 2.500,00	R\$ 123,00	R\$ 60,00	R\$ 925,00		R\$ 475,00		R\$ 50,00	R\$ 4.133,00
9	Indústria e Comércio	R\$ 40,00		R\$ 100,00	R\$ 250,00	R\$ 1.000,00	R\$ 550,00	R\$ 210,00		R\$ 2.150,00
10	Serviços Imobiliários	R\$ 450,00	R\$ 185,00	R\$ 185,00	R\$ 250,00	R\$ 300,00		R\$ 400,00		R\$ 1.770,00
11	Construção Civil			R\$ 132,00	R\$ 250,00		R\$ 29,67		R\$ 1.170,81	R\$ 1.582,48
12	Empreendimentos e Participações	R\$ 260,00			R\$ 504,30		R\$ 650,00			R\$ 1.414,30
13	Educação		R\$ 155,00	R\$ 470,00	R\$ 80,00	R\$ 500,00				R\$ 1.205,00
14	Locação de Veículos		R\$ 1.000,00		R\$ 200,00					R\$ 1.200,00
15	Petróleo e Gás					R\$ 708,07				R\$ 708,07
16	Comunicação			R\$ 660,00						R\$ 660,00
17	Bioenergia			R\$ 200,00			R\$ 249,52		R\$ 50,00	R\$ 499,52
18	Outros Serviços	R\$ 90,00		R\$ 100,00			R\$ 100,00			R\$ 290,00
19	Química e Petroquímica								R\$ 27,00	R\$ 27,00
	Total Geral	R\$ 6.377,85	R\$ 4.798,00	R\$ 5.646,10	R\$ 15.604,65	R\$ 6.346,57	R\$ 9.977,72	R\$ 5.907,78	R\$ 10.213,56	R\$ 64.872,23

Fonte: Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

Brasil: Notas Promissórias - Setor - Evolução Mês - R\$ milhões - 2020

Posição	Sector	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	Total Geral
1	Transporte e Logística	R\$ 58,00			R\$ 2.865,00		R\$ 710,00			R\$ 3.633,00
2	Comércio Atacadista e Varejista		R\$ 325,00	R\$ 300,00	R\$ 2.610,00					R\$ 3.235,00
3	Energia Elétrica			R\$ 70,00	R\$ 1.390,00	R\$ 200,00	R\$ 489,00			R\$ 2.149,00
4	Assistência Médica		R\$ 360,00	R\$ 250,00	R\$ 1.050,00	R\$ 175,00	R\$ 200,00			R\$ 2.035,00
5	Indústria e Comércio				R\$ 1.020,00	R\$ 750,00	R\$ 100,00			R\$ 1.870,00
6	Outros Serviços		R\$ 250,00		R\$ 1.080,00	R\$ 100,00		R\$ 22,70		R\$ 1.452,70
7	Empreendimentos e Participações			R\$ 250,00	R\$ 1.000,00					R\$ 1.250,00
8	Alimentos e Bebidas				R\$ 1.050,00					R\$ 1.050,00
9	Educação				R\$ 850,00					R\$ 850,00
10	Saneamento	R\$ 300,00		R\$ 200,00						R\$ 500,00
11	Serviços Imobiliários			R\$ 300,00						R\$ 300,00
12	Construção Civil				R\$ 100,00	R\$ 100,00				R\$ 200,00
13	Materiais de Construção e Agregados			R\$ 115,00						R\$ 115,00
14	Locação de Veículos					R\$ 80,00	R\$ 25,00			R\$ 105,00
15	Financeiro	R\$ 80,00								R\$ 80,00
16	Têxtil e Calçados		R\$ 80,00							R\$ 80,00
17	TI e Telecomunicações				R\$ 43,00					R\$ 43,00
	Total Geral	R\$ 438,00	R\$ 1.015,00	R\$ 1.485,00	R\$ 13.058,00	R\$ 1.405,00	R\$ 1.524,00	R\$ 22,70	R\$ -	R\$ 18.947,70

Fonte: Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais



Brasil: Emissões Primárias e Secundárias de Ações - Evolução Mês - R\$ milhões - 2020

Posição	Setor	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	Total Geral
1	Petróleo e Gás		R\$ 22.026,08							R\$ 22.026,08
2	Comércio Atacadista e Varejista						R\$ 5.355,00	R\$ 9.289,47	R\$ 4.054,27	R\$ 18.698,73
3	Transporte e Logística								R\$ 6.400,00	R\$ 6.400,00
4	Educação		R\$ 3.656,15							R\$ 3.656,15
5	Financeiro							R\$ 2.650,50		R\$ 2.650,50
6	Construção Civil			R\$ 2.434,97						R\$ 2.434,97
7	Empreendimentos e Participações							R\$ 1.515,57		R\$ 1.515,57
8	Tl e Telecomunicações		R\$ 1.325,14							R\$ 1.325,14
9	Alimentos e Bebidas	R\$ 1.235,00								R\$ 1.235,00
10	Mineração								R\$ 907,86	R\$ 907,86
11	Outros Serviços			R\$ 200,00	R\$ -	R\$ 345,35				R\$ 545,34
12	Papel e Celulose							R\$ 405,00		R\$ 405,00
13	Indústria e Comércio		R\$ 353,70							R\$ 353,70
	Total Geral	R\$ 1.235,00	R\$ 27.361,08	R\$ 2.634,97	R\$ -	R\$ 345,35	R\$ 5.355,00	R\$ 13.860,54	R\$ 11.362,13	R\$ 62.154,06

Fonte: Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

Crédito - Análise

O crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) no mês de agosto/20, apresentou pelo terceiro mês consecutivo, variação positiva no saldo do crédito da pessoa física consolidado, com um crescimento de +1,5% no mês; é a melhor variação no ano, com destaque para cartão de crédito pessoal à vista e consignado no segmento de recursos livres. Já o crédito para pessoa jurídica, o crescimento continua ocorrendo nos recursos direcionados, e cabe papel destacado a partir do início dos novos programas de estímulo, onde a garantia do Tesouro Nacional tem um papel preponderante. Isso pode ser observado, na evolução do gráfico (acima) do comportamento mensal por porte do tamanho da empresa; a partir de julho/20 a distribuição do saldo do crédito entre grande empresa contra micro, pequena e média empresa, começa a melhorar e mudar a relação que ocorre a partir do início da pandemia. Explicando melhor, a participação que estava crescendo e chega em junho/20 em 64,60% para a grande empresa recua em agosto/20 para 61,01%. Já para a micro, pequena e média empresa, o resultado sai de 35,40% e chega em 38,99% respectivamente. Melhor relação do saldo do crédito para pessoa jurídica desde julho/2019 quando estava em 61,41% para a grande empresa e 38,59% para a micro, pequena e média empresa.

Os três instrumentos do mercado de capitais analisados que são as debêntures (títulos de crédito, emitidos por empresas privadas, como forma de captação de recursos de longo prazo), as notas promissórias (títulos emitidos por empresas como promessa de pagamento, com um caráter mais simples e ágil na sua forma), e as ações temos comportamento distintos. As notas promissórias, após o pico do mês de abril/20, diminuem seguidamente e chega no mês de agosto/20 sem o registro de nenhuma emissão.

As debêntures mostram uma oscilação considerável no volume de emissão ao longo dos meses, apresentou em agosto/20 o segundo maior volume do ano com R\$ 10,2 bilhões emitidos. Sendo que a



mais expressiva foi a colocação da B3 (setor financeiro) representando 35,7% das emissões no mês. No ano a destinação dos recursos captados por parte das empresas, tem sido em parcela significativa para capital de giro 34,1% e refinanciamento do passivo 25,1%. Por fim, as emissões de ações apresentaram um volume significativo nos últimos dois meses, com agosto/20 chegando em R\$ 11,3 bilhões aproveitando o retorno das cotações do mercado bursátil, sobretudo, em função da entrada do aplicador local. Porém, a sinais fortes no sentido de que esta melhora não continuará até o final do ano.

Desde o governo Temer e mais intensamente a partir do governo Bolsonaro, a pauta econômica é direcionada para a diminuição do papel do Estado na economia nas diversas esferas de atuação. No caso do crédito, a um projeto claro e em andamento, da transformação da atuação do BNDES como agente relevante do crédito de longo prazo no país, passando tais funções para o mercado de capitais.

No crédito de curto e médio prazo, o que minimamente tem auxiliado as micro, pequenas e médias empresas a passar pela tempestade da pandemia, são os programas reformulados a partir de meados de junho/20, onde a garantia do Tesouro em última instância é relevante para que o crédito com um grau maior de risco chegue a pessoa jurídica.

A pandemia do Covid-19, mostrou a fragilidade e os riscos futuros que o país está submetido nesta aposta do ultraliberalismo comandado pelo ministro Paulo Guedes.



Contas Nacionais

Contas Públicas

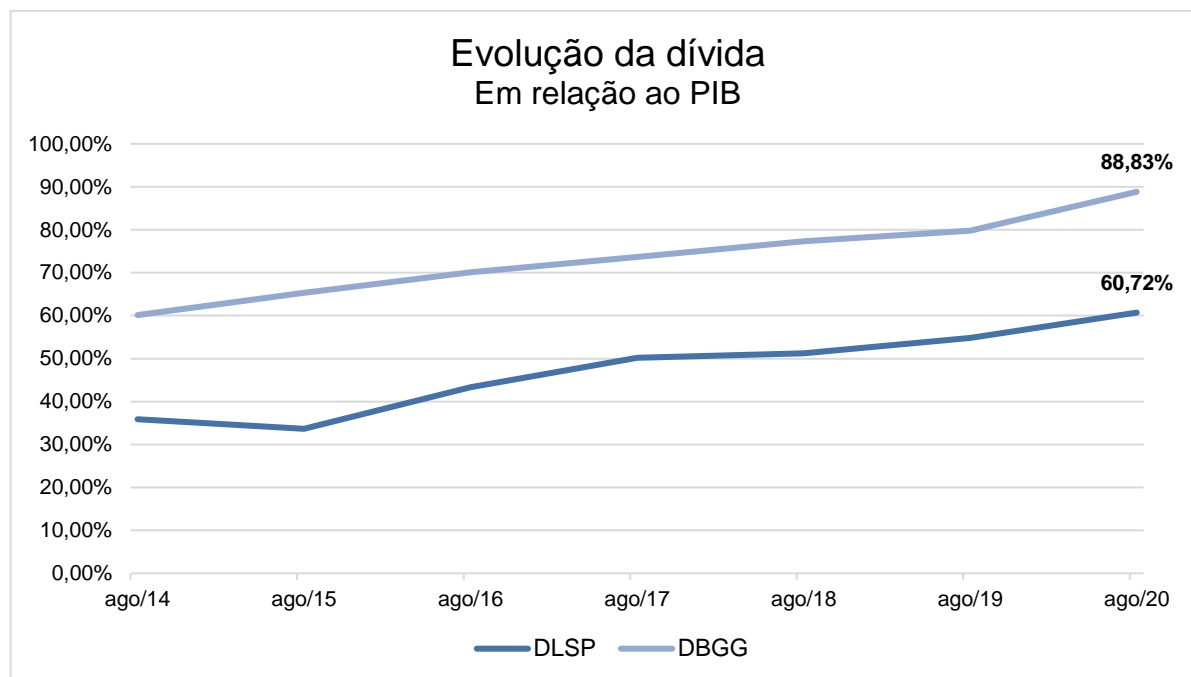
Em agosto/20 o setor público consolidado apresentou déficit primário de R\$87,6 bilhões, composto pelo déficit de R\$96,5 bilhões e R\$219 milhões no Governo Central e nas empresas estatais, respectivamente e pelo superávit de R\$9,1 bilhões nos governos regionais. O resultado acumulado no ano do setor público consolidado, até agosto, é um déficit de R\$571,4 bilhões, ante déficit de R\$22 bilhões no mesmo período de 2019. No acumulado em doze meses, o déficit primário atingiu R\$611,3 bilhões (8,50% do PIB).

Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, alcançaram R\$34,3 bilhões em agosto, enquanto no mesmo mês em 2019 estes atingiram R\$50,2. A redução deve-se às operações de swap cambial cuja perda de R\$14,3 bilhões em agosto de 2020 foi inferior a perda de R\$24,5 bilhões em agosto de 2019 e pela redução da taxa Selic no período. No acumulado para os últimos doze meses, os juros nominais atingiram R\$322,2 bilhões (4,48% do PIB), comparativamente a R\$349,2 bilhões (4,91% do PIB) no acumulado até agosto do ano anterior.

O resultado nominal do setor público consolidado (soma do resultado primário e dos juros nominais apropriados), apresentou déficit de R\$121,9 bilhões em agosto. O acumulado para os últimos doze meses foi um déficit nominal de R\$933,5 bilhões (13,0% do PIB), um aumento de 0,8 p.p. do PIB em relação ao déficit acumulado até julho.

Com relação à Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), que corresponde ao endividamento líquido do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em conjunto ao sistema financeiro público e privado, setor privado financeiro e restante do mundo, atingiu R\$4.367,5 bilhões (60,7% do PIB) em agosto, aumento de 0,6 p.p. do PIB se comparado ao mês de julho/20. Atribui-se a esse aumento, em especial, os impactos de déficit primário (aumento de 1,2 p.p.), juros nominais apropriados (aumento de 0,5 p.p.) e desvalorização cambial de 5,2% (redução de 1,0 p.p.). A relação DLSP/PIB ao longo do ano elevou-se 5,0 p.p., devido, principalmente ao déficit primário acumulado (aumento de 7,9 p.p.), aos juros nominais apropriados (aumento de 3,0 p.p.), ao efeito da variação do PIB nominal (aumento de 0,5 p.p.), ao efeito da desvalorização cambial acumulada de 35,7% (redução de 5,4 p.p.) e ao ajuste da paridade da cesta de moedas da dívida externa líquida (redução de 0,9 p.p.).

Por fim, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), composta pelo Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais alcançou R\$6.389,8 bilhões no mês em questão (88,8% do PIB), um aumento de 2,4 p.p. do PIB em relação ao mês anterior. Esse resultado deve-se, principalmente, às emissões líquidas de dívida bruta (aumento de 1,8 p.p.), à incorporação de juros nominais (aumento de 0,4 p.p.) e ao efeito da desvalorização cambial (aumento de 0,3 p.p.). A elevação de 13,0 p.p. na relação DBGG/PIB no ano está relacionado às emissões líquidas de dívida (aumento de 7,7 p.p.), à incorporação de juros nominais (aumento de 3,0 p.p.), à desvalorização cambial acumulada (aumento de 1,7 p.p.), e ao efeito da variação do PIB nominal (aumento de 0,7 p.p.).



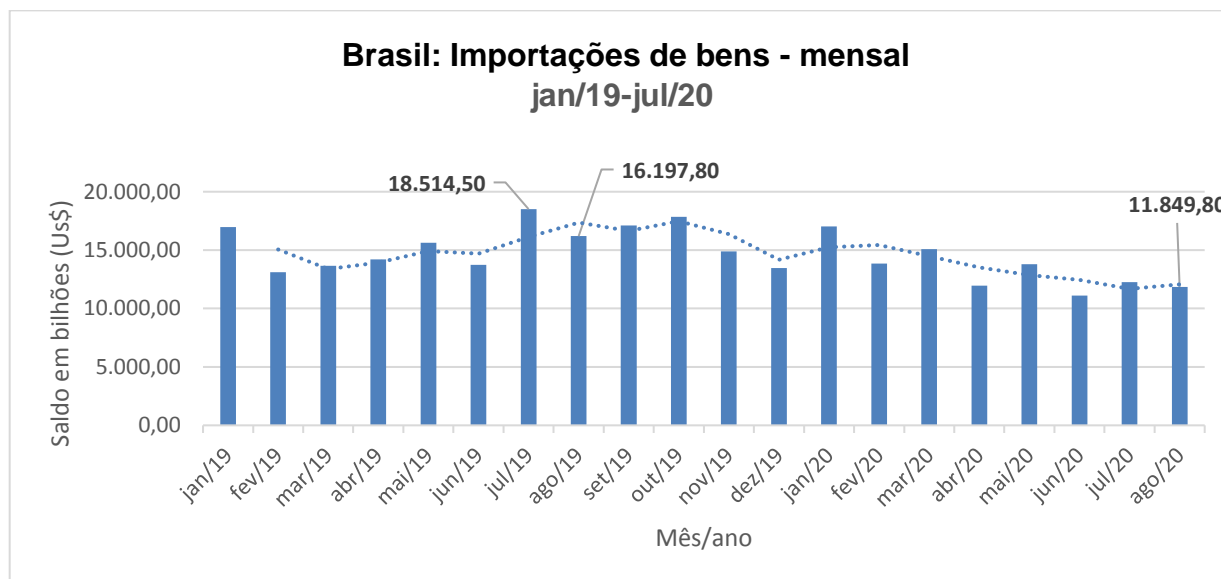
Contas Externas

Balança comercial

No último mês encerrado, agosto/2020, o resultado da balança comercial registrou um total US\$17,8 bilhões para as exportações, o que corresponde a um recuo de 9,8% na comparação interanual. Já o resultado das importações registrou uma cifra de US\$11,9 bilhões, representando um declínio de 26,8% em relação ao mesmo mês em 2019. O resultado das importações mostra correlação e possível causalidade com a trajetória da taxa de câmbio. No entanto, como houve maior volume de operações no âmbito do Repetro em agosto/2020 em comparação com agosto/2019, o recuo das importações acabou sendo menor que o esperado. Com efeito, no acumulado do ano, as exportações e as importações recuaram 7,1% e 12,4%, respectivamente, resultando em superávit comercial de US\$31,9 bilhões, superior aos US\$27,5 bilhões observados no mesmo período de 2019. Esse resultado não implica necessariamente uma posição comercial favorável para o Brasil, já que o aumento do superávit comercial se deve mais a diminuição das importações do que um aumento no volume de exportações.

Balança de serviços

O déficit na conta de serviços atingiu recuo de 39,6% em relação ao resultado de agosto/2019. Esse resultado está altamente correlacionado com o desempenho da conta de viagens internacionais, com diminuição interanual de 85,4% nas despesas líquidas. A equipe do Banco Central do Brasil responsável por esse balanço considera que a performance dessa conta continua a refletir os impactos da pandemia no setor. Além disso, a balança de serviços também contou com a redução de 80,5% nas despesas líquidas de transportes. O leitor aqui deve ter consciência de que essas diminuições expressivas dos déficits na conta de serviços agregarão efetivamente no resultado das Transações Correntes.



Fonte: BCB

Conta renda

Por fim, as transações correntes se mostraram superavitárias pelo quinto mês consecutivo em agosto/2020. Essa tendência observada é associada, majoritariamente pelas das reduções déficits em renda primária e serviços. Nos 12 meses encerrados em agosto, o déficit em transações correntes somou US\$25,4 bilhões, o que corresponde a 1,64% do PIB.

Conta Capital/Financeira - IDP

Em agosto/2020, os ingressos líquidos em investimentos diretos no país (IDP) somaram US\$1,4 bilhão, ante US\$9,5 bilhões no mesmo mês de 2019, resultado de ingressos líquidos de US\$1,6 bilhão em participação no capital e saídas líquidas de US\$130 milhões em operações intercompanhia. Nos doze meses encerrados em agosto de 2020, o IDP totalizou US\$54,5 bilhões, correspondendo a 3,51% do PIB, em comparação a US\$62,6 bilhões (3,94% do PIB) no mês anterior.

Capitais de curto prazo

Com relação aos instrumentos de portfólio negociados no mercado doméstico, isto é, ações e títulos de dívida, o mês de agosto/2020 seguiu a tendência observada em junho e julho de ingressos líquidos, dado que os meses antecedentes chegaram a apresentar saídas líquidas históricas em instrumentos de portfólio. Assim, em agosto/2020 foi registrado um ingresso líquido de US\$300 milhões em ações e fundos de investimento e US\$2,0 bilhões em títulos de dívida.

No entanto, mesmo com a observada recuperação dos instrumentos em portfólio, os oito primeiros meses do ano acumulam saídas líquidas de US\$28,3 bilhões, ante ingressos líquidos de US\$7,5 bilhões no mesmo período do ano anterior. Nos doze meses encerrados em agosto, a saída líquida de investimento em portfólio no mercado doméstico somou US\$43,4 bilhões.



Capitais compensatórios – reservas internacionais

O estoque de reservas internacionais atingiu US\$356,1 bilhões em agosto/2020, aumento de US\$1,4 bilhão em comparação ao mês anterior. A receita de juros contribuiu para o aumento do estoque de reservas internacionais em US\$416 milhões. As variações por paridades e por preço elevaram o estoque, respectivamente, em US\$516 milhões e US\$146 milhões. Adicionalmente, os instrumentos de intervenção no mercado de câmbio agraciaram as reservas com o resultado líquido positivo de US\$210 milhões.



Internacional e Política

Política

Muito além das capitais

Ano par no Brasil é ano de eleição, entretanto 2020 não é um ano normal os reflexos no cenário político são diversos e qualquer análise tem sempre que levar em conta essas peculiaridades, todavia como devemos interpretar os resultados eleitorais sob a ótica do governo federal? As urnas dirão que o governo está sendo aprovado ou reprovado? E no congresso: como identificar se o viés governista pode ajudar na reeleição?

Para responder a estas perguntas vamos recordar algumas das nossas análises anteriores acrescentando as candidaturas as prefeituras, o corte escolhido foram as cidades com mais de 200 mil eleitores que não são capitais, este grupo representa 70 municípios em todas as regiões do Brasil. Este corte é o mesmo que foi escolhido para designar a possibilidade da eleição em dois turnos. Além disso essas cidades situam-se em regiões urbanas e, como visto na análise do voto evangélico, são regiões onde o crescimento dos seguidores destas religiões apresenta maior crescimento.

Além disso é preciso sempre lembrar que esse grupo tende a manifestar um maior apoio aos cargos legislativos, nesta eleição os cargos de vereadores, não obstante é preciso sempre salientar que o apoio das igrejas pode ser decisivo.

No corte efetuado, com base dos dados divulgados pelo TSE, as cidades apresentam em média 9 candidatos a prefeitos, destaque para o número de candidatos do Republicanos, o partido ligado a IURD, que entre candidaturas a prefeito ou a vice-prefeito se faz presente em 32 cidades.

Por outro lado, o partido que mais apresenta candidaturas isoladas nestas cidades é o PSOL com candidaturas próprias em 53 cidades, em outras 7 coligadas. O partido NOVO, por outro lado, não está em nenhuma coligação e apresentou apenas 12 candidaturas.

Um outro fenômeno é o número de candidatos com o número: 17, o número do presidente Bolsonaro na última eleição. Mesmo com o presidente tendo se desfilado do partido – seu filho o senador Flávio Bolsonaro e o vereador Carlos, por conta da janela de transferência partidária, ambos estão filiados ao Republicanos – o PSL estando presente em 58 disputas na chapa majoritária.

O que se verifica nestes números é o velho ditado popular: “quem não arrisca, não petisca”, participar da eleição faz parte do risco, se você tentar se alinhar a um passado recente vitorioso, como no caso das candidaturas do PSL e conseguir êxito você consegue ter base para novos voos, assim mesmo que não exista uma onda de votos como na última eleição para deputados federais a possibilidade de continuar com uma base parecida de deputados tende a crescer se houver a vitória em algumas dessas cidades.



Ao mesmo tempo essas vitórias nessas cidades médias urbanas não significará a aprovação do governo pelas urnas, porém o oposto é válido o crescimento da oposição nestas cidades, representaria sim uma reprovação do governo mesmo com a ressalva da pandemia.

Talvez a forma de verificar a validação do governo venha mesmo nas eleições proporcionais da cidade do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro, por muitas vezes é chamado de vereador federal por conta dos seus atos, será que ele vai conseguir manter a votação recorde que teve na última eleição? Até mesmo quanto será arrecadado (nos primeiros dias de campanha o próprio presidente doou R\$ 10.000,00), mas talvez até como blindagem para o resultado eleitoral, a primeira esposa do presidente e vereadora por dois mandatos Rogéria Bolsonaro, também, se lançou candidata.

Com isso uma das chaves para verificar uma possível avaliação do governo pelas urnas, deve passar sobre o sucesso da oposição não apenas em cidades esporádicas e um possível crescimento das bancadas legislativas de alguns partidos, principalmente do PSL, ainda na esteira da eleição presidencial.



Economia de Francisco

Cesta Básica

A preocupação com o custo da alimentação é uma questão que permeia as relações sociais há séculos e motivos de constantes embates e discussões em pautas sindicais, pois tem impacto direto na possibilidade ou não de subsistência do trabalhador face um determinado nível de renda. No Brasil, a Cesta Básica foi definida pelo Decreto Lei nº 399 de 1938 e vigora até os dias de hoje, dizendo quais produtos e suas respectivas quantidades são necessárias, por regiões, para garantir o nível mínimo de alimentação necessária. Dessa maneira, desde 1959 o DIEESE passou a realizar o levantamento do custo da Cesta Básica de Alimentos.¹

Cesta Básica: Valor Mensal

A aferição realizada durante o mês de setembro aponta alta disseminada dos preços dos itens. O maior preço foi verificado na cidade de Florianópolis (R\$582,84) uma variação mensal de 9,80%, acumulando com isso alta de 13,82% no ano e outros 28,02% em 12 meses. Com exceção da cesta básica de Brasília (6,13% em 12 meses), todas as demais 16 capitais apresentam elevação superior a 2 dígitos no apanhado de um ano, sendo as maiores altas acumuladas em 12 meses verificadas nas cidades de Salvador (33,12%) e Goiânia (30,46%).

Tomando por base a cesta básica mais cara verificada nesta tomada de preços, a de Florianópolis, e comparando ao salário mínimo nacional líquido (deduzindo a parcela da Previdência Social), um trabalhador na capital catarinense que tenha como remuneração o piso nacional irá comprometer 60,25% de sua renda para adquirir a cesta básica. Na média essa relação entre salário mínimo líquido e cesta básica ficou em 51,22%, percentual acima dos 48,85% verificados em agosto.

O tempo médio de trabalho para adquirir a cesta básica também aumentou, ficando em 104 horas e 14 minutos em agosto, enquanto em agosto foi de 99 horas e 24 minutos.

No momento em que se discute que índices de preços estão em níveis historicamente baixos (ver a parte da inflação deste Boletim), é preciso atentar para o custo para se adquirir uma Cesta Básica de alimento, pois este tem se mostrado um enorme desafio para o trabalhador, lembrando que se apenas com este item chega a ser comprometido mais da metade de um salário mínimo líquido, como faz o trabalhador para prover a si e sua família dos demais itens, uma vez que parcela substancial dos trabalhadores tem seus rendimentos orbitando o salário mínimo? Pedir patriotismo aos donos de supermercado não parece a melhor saída e muito menos ser eficaz, uma vez que os preços subiram mesmo depois do pedido, em todas as capitais pesquisadas.²

¹ Para maiores informações metodológicas ver Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, disponível em < <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf> >

² Por conta da carestia dos produtos básicos da mesa do brasileiro, o Presidente Jair Bolsonaro sugeriu “patriotismo” aos donos de supermercado e que estes não repassassem aumentos de preços para as gôndolas. Matéria publicada em 04/09/2020.



Abaixo temos os dados para as Cestas pesquisadas atualmente:

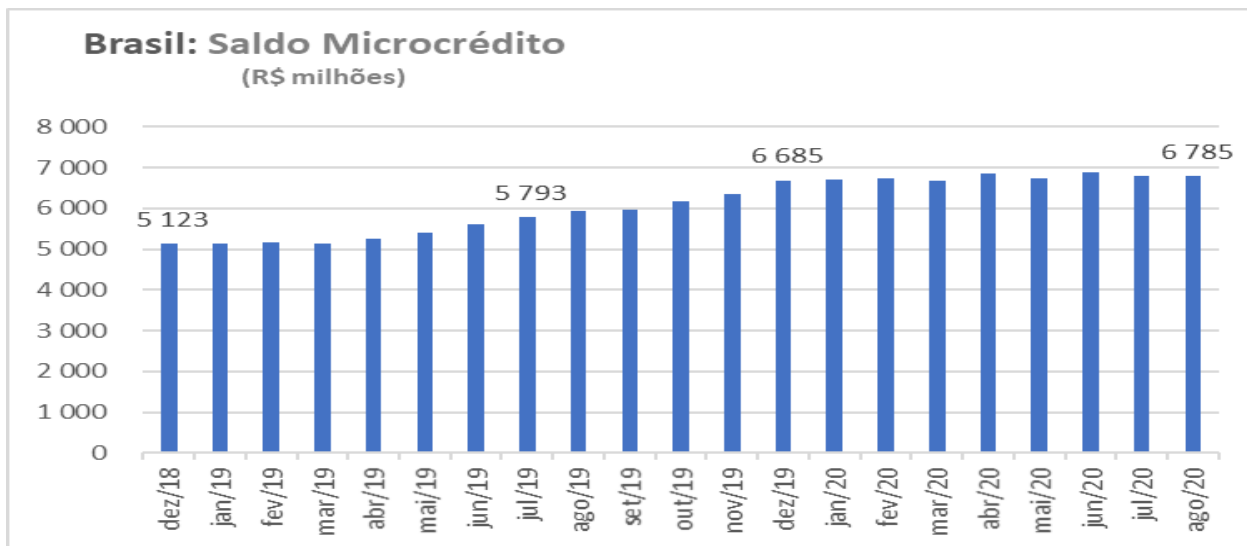
TABELA 1
Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (tomada especial)
Custo e variação da cesta básica em 17 capitais
Brasil – setembro de 2020

Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de trabalho	Variação anual (%)	Variação em 12 meses (%)
Florianópolis	582,40	9,80	60,25	122h37m	13,82	28,02
Rio de Janeiro	563,75	6,42	58,32	118h41m	9,06	23,03
São Paulo	563,35	4,33	58,28	118h36m	11,22	18,89
Porto Alegre	552,86	4,59	57,19	116h23m	9,20	20,64
Vitória	539,36	5,87	55,80	113h33m	8,04	25,71
Curitiba	524,25	3,70	54,24	110h22m	14,25	23,41
Goiânia	510,52	5,66	52,81	107h29m	12,26	30,46
Campo Grande	492,80	1,72	50,98	103h45m	9,49	24,14
Belo Horizonte	491,62	2,83	50,86	103h30m	10,50	25,76
Fortaleza	485,75	5,11	50,25	102h16m	12,02	26,44
Recife	464,31	5,72	48,03	97h45m	17,91	26,46
Salvador	459,33	9,70	47,52	96h42m	27,41	33,12
Belém	459,21	4,01	47,51	96h41m	10,89	20,18
Brasília	445,76	0,56	46,12	93h50m	-5,94	6,13
João Pessoa	432,04	4,23	44,70	90h58m	15,65	20,14
Aracaju	426,87	7,13	44,16	89h52m	21,28	29,87
Natal	422,31	0,68	43,69	88h55m	10,05	19,78

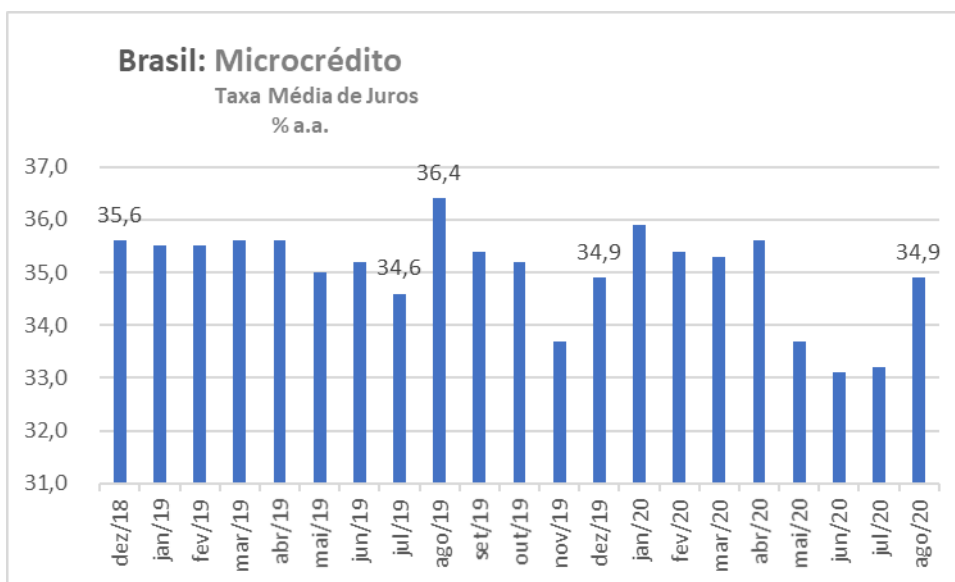
Fonte: DIEESE

Microcrédito

O programa nacional de microcrédito produtivo orientado (PNMPO) original, sofreu alterações com a lei 13.636 de 20/03/18, mesmo mantendo algumas das características originais, como o aval solidário, a figura do agente de crédito e como uma das fontes de receita obrigatória um percentual dos depósitos a vista dos bancos, apresenta estabilidade do saldo dos recursos na faixa dos R\$ 6.785 milhões como pode ser observado no gráfico.



Fonte: BCB



Fonte: BCB

Desigualdade

PNAD Contínua – Covid-19

Em função do Covid-19, o IBGE criou uma pesquisa para analisar a abrangência do Auxílio Emergencial, que constitui o benefício pago para trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados (dentro de critérios estabelecidos na lei 13.982, de 02/04/20), a medida foi criada para amenizar o impacto da pandemia na população mais vulnerável, sendo que o congresso nacional teve uma participação ativa nas características fundamentais da lei.



Brasil: Total de Domicílios

(mil domicílios)				
Região	Maio/20	Junho/20	Julho/20	Agosto/20
Brasil	68.024	68.275	68.457	68.658
Norte	4.925	4.950	4.965	5.008
Nordeste	17.511	17.569	17.642	17.730
Sudeste	29.878	30.034	30.087	30.107
Sul	10.441	10.442	10.494	10.508
Centro Oeste	5.268	5.281	5.269	5.305

Fonte: IBGE: PNAD COVID19

Em agosto/20 aproximadamente 30,1 milhões de domicílios foram beneficiados com o recebimento do auxílio emergencial (estabilidade com relação ao mês anterior) o que significou 43,9% dos domicílios totais do país, representando uma queda -0,1% em relação ao mês de julho/20 que foi de 30,2 milhões de domicílios beneficiados. Uma queda de aproximadamente 40 mil domicílios, que deixaram de receber o benefício no mês de agosto/20 em relação ao mês anterior.

Brasil: Total de Domicílios - Auxílio Emergencial

(mil domicílios)				
Região	Maio/20	Junho/20	Julho/20	Agosto/20
Brasil	26.304	29.369	30.182	30.143
Norte	2.708	2.968	3.010	3.054
Nordeste	9.595	10.343	10.514	10.477
Sudeste	9.349	10.769	11.205	11.165
Sul	2.716	3.104	3.246	3.230
Centro Oeste	1.935	2.184	2.207	2.216

Fonte: IBGE: PNAD COVID19

O valor do benefício pago cresceu pouco 0,3% no país, saindo de R\$ 898 no mês de jul/20 para R\$ 901 em agosto/20. Quando segmentado por região há um pequeno crescimento nas regiões sudeste, sul e centro oeste de 1,1%, e queda de -1% na região norte e -0,3% na região nordeste. A região com o maior número de domicílios atendidos, com ao menos um integrante que recebe o auxílio emergencial é a região Norte com 61% em relação aos domicílios totais no mês de agosto/20. Sendo que o estado do Amapá, é o local onde se encontra o maior número de domicílios 71,4% que algum integrante recebeu o auxílio emergencial no mês de agosto/20.



Brasil: Domicílios Beneficiados - Auxílio Emergencial

Por Região

Região	Percentual de Domicílios Beneficiados S/ Domicílios Totais				Valor Médio do Auxílio (R\$)				Var. (%) Mês		
	ago/20	jul/20	jun/20	mai/20	ago/20	jul/20	jun/20	mai/20	Ago/Jul	Jul/Jun	Jun/Mai
Brasil	43,9%	44,1%	43,0%	38,7%	901	898	887	851	0,3%	1,2%	4,2%
Norte	61,0%	60,6%	60,0%	55,0%	963	973	961	938	-1,0%	1,2%	2,5%
Nordeste	59,1%	59,6%	58,9%	54,8%	958	961	956	913	-0,3%	0,5%	4,7%
Sudeste	37,1%	37,2%	35,9%	31,3%	858	849	830	793	1,1%	2,3%	4,7%
Sul	30,7%	30,9%	29,7%	26,0%	840	831	808	776	1,1%	2,8%	4,1%
Centro Oeste	41,8%	41,9%	41,4%	36,7%	855	846	843	802	1,1%	0,4%	5,1%

Fonte: IBGE: PNAD COVID19

Bolsa Família

O programa Bolsa Família (BF) foi criado em outubro/2003 para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Para isso, o Bolsa Família articula três ações principais que são, o complemento da renda, acesso à direitos e o estímulo ao desenvolvimento familiar.

O BF atende às famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, os parâmetros utilizados para o recebimento do benefício tem como métrica dois pontos, primeiro que a renda familiar seja de até R\$ 89,00 mensais por pessoa; o segundo critério é de famílias com renda por pessoa entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos.

Em dezembro/19 o número de famílias beneficiadas pelo programa estava em cerca de 13 milhões de famílias, atingindo em junho /20 14,3 milhões, ou seja, um aumento de 1.112.900 famílias no ano de 2020. O benefício médio recebido por família no mês de agosto/20 foi de R\$ 191,18.

Brasil: Programa Bolsa Família

agosto/2020

Famílias Beneficiadas	14.283.216
Valor Repassado (R\$) - Ago/20	R\$ 2.730.698.431,00
Valor Anual Repassado - 2020	R\$ 21.073.286.995,00
Benefício Médio (R\$) - Ago/20	R\$ 191,18
Valor Anual Repassado - 2019	R\$ 31.159.235.696,00

Fonte: Ministério da Cidadania

O quadro apresentado abaixo, aumenta o grau de informação do valor médio pago as famílias, agora observando o dado das capitais do país no mês de agosto/20. O menor valor pago foi na cidade do Recife/PE, com R\$ 139,21, isso representa 30% do valor da cesta básica calculado pelo DIEESE. E o maior valor médio pago no mês foi na cidade de Rio Branco/AC com R\$ 227,05. De qualquer modo, para estabelecermos uma medida de comparação, nas capitais onde o DIEESE calcula a cesta básica



mensal o valor médio pago às famílias pelo programa bolsa família representava 35,30% em agosto/20 do valor da cesta.

Brasil: Valor Médio Pago às Famílias por meio do Programa Bolsa Família (Capitais)

Referência: Agosto/2020

Cidade	Valor médio (R\$)	Região	CB Dieese (Set/20)	(%) BF/Cesta
BRASÍLIA/DF	R\$ 181,95	Centro Oeste	R\$ 445,76	40,82%
CAMPO GRANDE/MS	R\$ 174,54	Centro Oeste	R\$ 492,80	35,42%
GOIÂNIA/GO	R\$ 153,25	Centro Oeste	R\$ 510,52	30,02%
CUIABÁ/MT	R\$ 141,16	Centro Oeste	R\$ -	-
TERESINA/PI	R\$ 195,65	Nordeste	R\$ -	-
NATAL/RN	R\$ 188,44	Nordeste	R\$ 422,31	44,62%
FORTALEZA/CE	R\$ 183,87	Nordeste	R\$ 485,75	37,85%
JOÃO PESSOA/PB	R\$ 177,11	Nordeste	R\$ 432,04	40,99%
MACEIÓ/AL	R\$ 163,90	Nordeste	R\$ -	-
SÃO LUÍS/MA	R\$ 161,43	Nordeste	R\$ -	-
SALVADOR/BA	R\$ 154,60	Nordeste	R\$ 459,33	33,66%
ARACAJU/SE	R\$ 151,80	Nordeste	R\$ 426,87	35,56%
RECIFE/PE	R\$ 139,21	Nordeste	R\$ 464,31	29,98%
RIO BRANCO/AC	R\$ 227,05	Norte	R\$ -	-
MACAPÁ/AP	R\$ 200,42	Norte	R\$ -	-
PALMAS/TO	R\$ 177,40	Norte	R\$ -	-
BOA VISTA/RR	R\$ 167,55	Norte	R\$ -	-
MANAUS/AM	R\$ 166,00	Norte	R\$ -	-
PORTO VELHO/RO	R\$ 160,75	Norte	R\$ -	-
BELÉM/PA	R\$ 158,74	Norte	R\$ 459,21	34,57%
VITÓRIA/ES	R\$ 216,92	Sudeste	R\$ 539,36	40,22%
BELO HORIZONTE/MG	R\$ 175,46	Sudeste	R\$ 491,62	35,69%
RIO DE JANEIRO/RJ	R\$ 174,37	Sudeste	R\$ 563,75	30,93%
SÃO PAULO/SP	R\$ 162,24	Sudeste	R\$ 563,35	28,80%
PORTO ALEGRE/RS	R\$ 209,30	Sul	R\$ 552,86	37,86%
CURITIBA/PR	R\$ 163,30	Sul	R\$ 524,25	31,15%
FLORIANÓPOLIS/SC	R\$ 155,47	Sul	R\$ 582,40	26,69%

Fonte: Ministério da Cidadania e DIEESE

Por fim, o último quadro mostra a quantidade de pessoas em famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família nas dez maiores cidades. E a cidade de São Paulo concentra o maior número de pessoas no país com mais de 1 milhão e duzentas mil no mês de agosto/20, representando 26,4% das 10 maiores cidades. Quando agrupamos por região a Sudeste desponta com 46,14% das pessoas que recebem o benefício, seguido pela região Nordeste com 32,48%. Mostrando que a cidade mais rica do país, também lidera no ranking das pessoas que recebem o benefício do bolsa família.



Expediente

Boletim DEPE, Ano V, n.32.

Professor responsável: Antonio Corrêa de Lacerda, Prof. Dr. da PUCSP

Equipe de redação:

Ana Paula Negreli Persici Vassallo, advogada e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Ana Carolina Gimenes dos Santos, economista e mestrando em Economia Política pela PUC-SP;

Andrey Barbato, economista e mestrando em Economia Política pela PUC-SP;

Cássio Oliveira, bacharel em RI e mestrando Economia PUC SP;

Emerson Braz, graduando em Economia pela PUC-SP;

Isadora Teixeira Araújo, economista e mestranda em Economia Política pela PUC-SP;

João Frazão, economista pela PUC-SP, com MBA em Gestão Empresarial pela ESPM;

José Victor Perroni Cassiolato, mestrando em Economia Política pela PUC-SP;

Leonardo Brandão Oliveira Rocha, economista pela PUC-SP;

Lucas Colúcio, graduando em Economia Política pela PUC-SP;

Marcelo Eisenhower Farias, economista, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Miguel Huertas Neto, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Rosângela de Medeiros Marques, graduanda em Economia pela PUC-SP;

Ricardo Reis, economista, mestrando em Economia pela PUC – SP;

Rodolfo Viana, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Tiago Antônio de Oliveira, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP; **(Coordenador)**;

Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Econômico e Política Econômica (DEPE)

Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da PUC-SP (PEPGEP)

Rua Ministro Godoi, 969, 4º andar, sala 4E17, Perdizes, São Paulo/SP

Tel. 11-3670-8516

E-mail ecopol@pucsp.br; boletimdepepucsp@gmail.com

Site <http://www.pucsp.br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/economia>

Edição elaborada com informações disponíveis até 08/07/2020.